

OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: análises preliminares

Danyela Martins Medeiros – Universidade de Brasília
danyela.martins@se.df.gov.br

Shirleide Pereira da Silva Cruz – Universidade de Brasília
shirleidsc@gmail.com

Maira Vieira Amorim Franco - Universidade de Brasília
maira.vaf@gmail.com

Introdução

O setor privado por meio de instituições que operam um processo de privatização *na e da* educação tem exercido grande influência na elaboração e execução de políticas públicas inclusive sobre a formação de professores da Educação Básica. O objetivo desse estudo é identificar como tal processo se apresenta sobre a formação de professores, especificamente na formação continuada nas redes públicas estaduais de ensino.

Esse movimento de privatização é afirmado por meio do setor midiático, pelas esferas governamentais e, pelo próprio setor empresarial, que, afirmam vantagens na privatização dos serviços públicos quando disseminam que a iniciativa privada é a única capaz de melhorar os serviços prestados pelas instituições públicas. Nas últimas duas décadas, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm ganhado destaque como uma terceira via para solucionar os desafios educacionais.

Mecanismos de privatização na formação continuada de professores da rede pública

Este estudo apresenta resultados da pesquisa de doutoramento a respeito da profissionalização docente, especificamente a formação continuada sob a presença de Aparelhos Privados de Hegemonia¹. A partir da pesquisa documental, que usou como fonte de dados os documentos publicizados nos sites das redes estaduais de ensino, foi possível identificar a presença de atores do setor privado na formação de professores das redes públicas. A partir de três questões norteadoras: QN01: Em que proporção a formação continuada de professores da Educação Básica têm sido efetivada via parcerias público-privadas? QN02: A formação continuada para professores que atuam na

¹ Conceito gramsciano no qual o conceito se baseia em entender a sociedade civil como parte do Estado, reconhecendo que as iniciativas sociais e políticas mais relevantes não emergem de organismos políticos, mas de organismos privados ou relativamente desconhecidos da alta burocracia (Hoeveler, 2019).

alfabetização tem sido realizada em parcerias privadas nas redes públicas? QN03: Quais instituições privadas aparecem com maior frequência na viabilização da formação continuada de alfabetizadores nos estados? Assim, buscamos as informações contidas nos sites oficiais das redes públicas de ensino e nos sites das instituições parceiras de ordem privada, no período de junho a dezembro de 2023.

A formação continuada de professores da Educação Básica efetivada via parcerias público-privadas

Segundo dados estatísticos do Censo Escolar 2022, do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 1.414.211 professores,

86,6% têm nível superior completo (84,9% em grau acadêmico de licenciatura e 1,7% de bacharelado) e 8,5%, ensino médio normal/magistério. Foram identificados, ainda, 4,9% com nível médio ou inferior (INEP/MEC, perfil docente site INEP,2023).

Reconhecemos que há posições contrárias ao que se entende que deve ser a formação de professores. Uma ideia de formação que contemple o caráter de “sólida preparação cultural, científica e política e não apenas profissional” (Aguiar, 2010) em contraposição a um sentido de “formação de professores como profissionais competentes para o mercado de trabalho” (Aguiar 2010) e que conforme com os interesses hegemônicos que se inserem no plano governamental em cada período de mandato, dão os contornos para as políticas de formação que atendem a uma dessas posições, no caso das redes estaduais de ensino.

Portanto, podemos identificar o reflexo dessas posições nas determinações concretas materiais de acordo com os dados obtidos nos sites oficiais da Secretarias Estaduais de Educação. Foi possível identificar a presença de parcerias privadas sobre a formação de professores da Educação Básica, mesmo que apresentem centros, escolas ou institutos próprios voltados para a formação continuada de professores:

Quadro 01: Centros de formação das Redes Estaduais de Ensino

UF	Centro/Escola ou Instituto de formação
AC	Centro de Formação dos Servidores em Educação
AL	Centro de Formação dos Profissionais da Educação Professor IB Gatto Falcão (Cenfor)
AM	Centro de Formação Profissional Pe. José Anchieta (CEPAN)
AP	Centro de Valorização da Educação – CVEDUC
BA	Instituto Anísio Teixeira - IAT
CE	Centro de Formação e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação Básica do estado do Ceará (FORMACE)

DF	Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE)
ES	Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo – CEFOPE
GO	Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor)
MA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA
MG	Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais
PA	Centro de Formação de Profissionais de Educação Básica do Pará (Cefor)
PB	Centro de Formação de Educadores Professora Elisa Bezerra Mineiros
PI	Unidade Técnica Chão da Escola – UTECEC
RR	Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima – CEFORR
SP	Escola de Formação dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As redes estaduais de ensino apesar de serem sua prioridade os anos finais e ensino médio, atuam também em regime de colaboração com os municípios na educação infantil e anos iniciais e apresentam centros para a formação continuada para os docentes com Diretrizes para a formação e viabilidade de múltiplas formas de apresentação e formatos como: A - cursos, oficinas, palestras, minicursos; B – tempo de formação, de curta e média duração; e C – nas modalidades: presenciais, híbridos e em Ambientes Virtuais de Ensino, e até com o favorecimento de condições a cursos de pós-graduação como é o caso do Pró-docência Stricto Sensu.

Desde 2004 as redes estaduais de ensino contam também com a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, uma política sólida com Universidades brasileiras coordenada pelo MEC e pensada para contribuir com o desenvolvimento profissional dos professores. As ações da Rede são executadas pelas instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Uma das áreas de formação é a alfabetização para professores da rede pública, as ações desta área são elaboradas por 5 (cinco) Universidades brasileiras.

Mesmo com tal estrutura para formação aparecem nos dados a presença de institutos privados que oferecem a parceria para a formação continuada voltados a formação de professores alfabetizadores. A Associação Bem Comum destacou-se em nossas análises por aparecer em 15 Unidades da Federação atuando em parceria com Instituto Natura, Fundação Vale, B3 Social e Fundação Lemann.

A Associação Bem Comum, com sede no Ceará, atua com a **Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC)**, programa criado em 2019 para “apoiar o poder público estadual no desenho e implementação de uma política de melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de

crianças” (site Associação Bem Comum, 2023). Esse programa foi baseado no Programa de Alfabetização na Idade Certa do Ceará (PAIC), com o propósito de ampliar o regime de colaboração entre estado e municípios.

Das 11 (onze) unidades da federação que possuem um Centro ou Instituto de Formação de professores, 10 (dez) aderiram ao PARC: AL, AP, ES, GO, MA, PA, PB, PR, PI e SP. Além desses, outros 5 (cinco) estados também aderiram ao Programa: MT, MS, PE, RS e SE. O PARC prevê a formação de professores e gestores, material didático estruturado, aplicação censitária de avaliação diagnóstica de leitura (fluência) – elaborada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAED/UFJF - para o 2º ano do Ensino Fundamental, entre outras ações.

Conclusões

Para esse estudo podemos concluir que a totalidade das redes apresentam alguma relação com o setor privado. Embora as redes tenham setores que são diretamente responsáveis pela formação continuada, todas recorrem ou concordam em incluir algum tipo de parcerias privadas para a formação de professores. Nesse caso, a formação continuada para a alfabetização é orientada e se relaciona a uma proposta de avaliação de desempenho dos estudantes e na maioria dos estados (15) firmada via Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC). Assim, concluímos que mesmo que tenham elementos para a realização autônoma dos mecanismos para a formação continuada, optam pela adesão de parcerias.

Referências

AGUIAR, M.A.S. **Formação inicial** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **A Bem Comum**, 2023. Website da Associação Bem comum (ABC). Disponível em: <https://abemcomum.org/>. Acesso em 12 de Dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica**. Orientações Gerais. Objetivos, Diretrizes e Funcionamento. Brasília, 2005.